



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ - CCCO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
NATURAIS/BIOLOGIA
CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO - LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

LUZIANE MORAES VIEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA**

CODÓ/MA

2024

LUZIANE MORAES VIEIRA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade, do Centro de Ciências de Codó-CCCO, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, como requisito final para obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Dilmar Kistemacher

CODÓ/MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Moraes Vieira, Luziane.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA / Luziane Moraes
Vieira. - 2024.

28 p.

Orientador(a): Dilmar Kistemacher.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) -
Educação Ambiental e Sustentabilidade, Universidade
Federal do Maranhão, Codó/ma, 2024.

1. Educação Ambiental Formal. 2. Sustentabilidade. 3.
Práticas Escolares. 4. Pnea. 5. Política dos Erres. I.
Kistemacher, Dilmar. II. Título.

LUZIANE MORAES VIEIRA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade, do Centro de Ciências de Codó-CCCO, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, como requisito final para obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Codó/MA _____ / _____ / _____

Prof. Dr. Dilmar Kistemacher
Orientador

Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira
Examinadora interna

Profa. Ma. Tercilia Mária da Cruz Silva
Examinadora externa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. PERCURSO METODOLÓGICO E CONTEXTO DA PESQUISA.....	08
3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROCESSOS HISTÓRICOS E DESAFIOS...10	
4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS DOCENTES.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	25
APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES.....	26
ANEXOS – OFICINA DE REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS.....	27
ANEXOS – PALESTRA.....	28

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA

Luziane Moraes Vieira¹

RESUMO

As questões ambientais vêm sendo abordadas pela Educação Ambiental nos espaços formais de ensino, especialmente ante os problemas socioambientais. Nesta pesquisa tivemos por objetivo geral, analisar as percepções de professoras sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Infantil. O desenvolvimento desta pesquisa se deu segundo os parâmetros de uma abordagem qualitativa. E metodologicamente ela se efetivou nos marcos da pesquisa-ação e compreendeu três momentos, a aplicação de um questionário semiestruturado, a realização de uma oficina sobre reaproveitamento e uma palestra sobre a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. A pesquisa permitiu verificar como as professoras trabalham a Educação Ambiental na Educação Infantil. As dificuldades que passam desde a formação docente, inicial e continuada. Dentre os desafios para desenvolvê-la está a falta de formação continuada, falta de recursos materiais e receptividade por parte da comunidade escolar. Identificamos, também, que algumas professoras tiveram acesso e conhecimento da política de educação ambiental durante sua formação.

Palavras-chave: Educação Ambiental Formal, Sustentabilidade, Práticas Escolares, PNEA, Política dos erros.

ABSTRACT

Environmental issues have been addressed by Environmental Education in formal teaching spaces, especially in the face of socio-environmental problems. In this research, our general objective was to analyze teachers' perceptions about the development of Environmental Education in Early Childhood Education. The development of this research took place according to the parameters of a qualitative approach. And methodologically, it was implemented within the framework of action research and comprised three moments, the application of a semi-structured questionnaire, the holding of a workshop on reuse and a lecture on the National Environmental Education Policy - PNEA. The research allowed us to verify how teachers work with Environmental Education in Early Childhood Education. The difficulties that occur during initial and continuing teacher training. Among the challenges in developing it is the lack of continued training, lack of material resources and receptivity on the part of the school community. We also identified that some teachers had access to and knowledge of environmental education policy during their training.

KEY WORD: Formal Environmental Education, Sustainability, School Practices, PNEA, Politics of mistakes.

¹ Licenciada em Pedagogia, Licenciada em Ciências Naturais/Biologia/CCCO/UFMA, professora na rede pública de ensino em Codó/MA. Pós-Graduada do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade, UFMA – CCCO. E-mail: luziane.moraes@discente.ufma.br

INTRODUÇÃO

As questões ambientais vêm sendo abordadas pela Educação Ambiental nos espaços formais e não formais de ensino. Dentre elas podemos dizer que prevalece as discussões sobre os problemas e os impactos negativos que o ambiente vem sofrendo em decorrência das ações humanas, dentre elas, as queimadas, a exploração excessiva da biodiversidade, a poluição do ar, a falta de saneamento básico, o desmatamento de florestas. Ante estes problemas a Educação Ambiental - EA vem se tornando uma das principais ferramentas para colocar os problemas em pauta e no anseio para a construção de políticas que visem a mitigação dos impactos socioambientais. Neste sentido, ela é tomada como um processo contínuo, ou seja, “o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, habilidades, atitudes e comportamentos voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil, 1999).

A educação ambiental para a sustentabilidade socioambiental é considerada um processo permanente de aprendizagens, baseado no respeito a todas as formas de vida e que se sustenta em conhecimentos científicos, em valores éticos e em ações e condutas que contribuam para as transformações na forma como vivemos e exploramos os ambientes naturais, exigindo responsabilidade individual e coletiva, em nível local e global (Tozoni-Reis, 2006). Politicamente, a EA é considerada como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, e deve estar presente na formação de professores/as. E, ainda, no ambiente escolar a temática ambiental deve estar inserida em todo o currículo, trabalhada de forma transversal e interdisciplinar, envolvendo a participação coletiva de toda a comunidade escolar. E, ainda, cabe ao poder público, em nível federal, estadual e municipal implantar políticas ambientais e ações educativas a fim de sensibilizar a população sobre os cuidados com os recursos naturais e sua relação com eles.

Entende-se que é essencial que a EA seja trabalhada no ambiente formal. A escola é um espaço que se pode discutir sobre os impactos ambientais que vem afetando a vida planetária e a qualidade de vida das populações. Os/as educadores/as podem levar para a sala de aula não só os problemas ambientais que estão acontecendo no mundo, mas, também, aqueles da própria realidade, ou seja, desenvolver propostas de ensino contextualizadas localmente. Neste sentido, é essencial que as escolas criem meios que envolvam os/as professores/as, estudantes e toda comunidade escolar em relação aos cuidados com o meio ambiente. Dessa forma, o/a professor/a é um facilitador/a de conhecimentos, e se torna um dos principais agentes de

transformações socioambientais. Importa, portanto, que a formação inicial e continuada de professores e professoras para a Educação Básica contemple a EA em seu percurso formativo.

Nesta direção, problematizamos como a Política Nacional de Educação Ambiental tem sido desenvolvida na Educação Infantil da rede municipal de Codó/MA? Qual o lugar que a Educação Ambiental tem ganho dentro das práticas pedagógicas das professoras? estas problematizações iniciaram o desenvolvimento desta pesquisa. Destas, objetivamos, analisar como as professoras na Educação Infantil desenvolvem a Educação Ambiental em suas práticas profissionais. E, mais especificamente objetivamos, conhecer as práticas pedagógicas de Educação Ambiental que são desenvolvidas pelas professoras na Educação Infantil; identificar os projetos e ações de Educação Ambiental desenvolvidas pela escola; e, sensibilizar as professoras quanto ao uso dos erres da sustentabilidade em suas práticas pedagógicas.

A pesquisa se deu em decorrência de nosso interesse acadêmico, político, ambiental e profissional em compreender o desenvolvimento da política de educação ambiental no contexto da prática. Na Educação Infantil a equipe deve ter conhecimentos sobre as temáticas ambientais, para que possam desenvolver práticas pedagógicas da melhor forma possível, de modo que os/as estudantes comecem desde cedo a construir valores e condutas ambientalmente sustentáveis.

O trabalho está organizado da seguinte forma: Introdução, Percurso Metodológico e Contexto da Pesquisa, A Educação Ambiental: Processos Históricos e Desafios, Educação Ambiental na Educação Infantil: Experiências Docentes, além das Considerações Finais e Referências acessadas no desenvolvimento da pesquisa.

PERCURSO METODOLÓGICO E CONTEXTO DA PESQUISA

O desenvolvimento desta pesquisa se deu segundo os parâmetros da abordagem qualitativa. Segundo (Minayo, 2007), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos e comportamentos humanos são entendidos aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. E, metodologicamente, ela se efetivou nos marcos da pesquisa-ação.

A Pesquisa - Ação exige uma articulação profícua entre a produção de conhecimentos e a ação educativa. Isso significa dizer que a metodologia da pesquisa-ação se refere a um tipo especial de produção de conhecimentos, comprometida com a ação-intervenção no espaço social em que realiza a investigação. No caso da pesquisa-ação em educação, a compreensão,

pela investigação, do fenômeno educativo articula-se à ação de educar, isto é, o fenômeno educativo é investigado no próprio processo de educar (Tozoni-Reis, 2008).

Inicialmente realizamos uma revisão sobre as produções de Educação Ambiental maranhense para subsidiar a pesquisa, tomado como referência teórico-metodológica as proposições de Gouvêa (2006), Marcatto (2002), Minayo (2007), Penteado (2010), Reigota (2009), Sorrentino, *et al.*, (2005), Tozoni-Reis (2008). Posteriormente, nos marcos da pesquisa-ação, foi desenvolvida uma ação educativa de formação junto às professoras da escola. A ação-intervenção formativa compreendeu três momentos, o diagnóstico sobre as percepções de EA das professoras, este realizado mediante a técnica do questionário semiestruturado; uma oficina prática de sensibilização sobre os erros da sustentabilidade, na qual foi trabalhado a reutilização de garrafas pet na produção de artigos de decoração e materiais didáticos-pedagógicos e, uma palestra sobre a Política Nacional de Educação Ambiental formal.

A pesquisa foi realizada no Município de Codó, Estado do Maranhão, localizado na mesorregião leste maranhense, tendo como bioma característico o Cerrado. Codó conta com a população estimada, no último censo, com 114. 275 habitantes (IBGE, 2022). Em relação ao IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, no ano de 2021, para os anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) foi 4,8, Anos Finais 4,2 (Brasil, 2024).

O território do Município de Codó apresenta, em sua cobertura vegetal, a predominância da mata de cocais, a palmeira babaçu. Nele prevalece a agricultura de subsistência na área rural e o comércio de varejo na área urbana. Esta variedade reflete, de modo geral, aspectos sociais e econômicos para a população que vive diretamente da agricultura familiar e do extrativismo do coco babaçu, no qual se destaca o trabalho das quebradeiras de coco (Félix, 2008). A cidade se localiza às margens do Rio Itapecuru, servindo de apoio para depósito de produtos agrícolas, oriundos do interior, destinados a São Luís e outras cidades maranhenses. Codó apresenta uma rica hidrografia, composta por vários cursos d'água como o Riacho Água Fria, Rio Codozinho, Rio Saco, todos afluentes do Rio Itapecuru (Querioz, *et al.*, 2016).

As participantes da pesquisa são professoras da Educação Infantil que atuam no CMEI Vera de Pádua Macieira. A escola fica localizada na Praça Hamilton Aguiar, Bairro São Francisco no Município de Codó, estado do Maranhão. Ela oferta a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, mais especificamente a Pré-escola e funciona em período integral, para crianças a partir de 4 a 5 anos de idade.

O questionário, por adesão voluntária, livre e consentida, contendo 7 questões abertas, foi entregue a 23 professoras, e destas 17 o responderam. Os questionários respondidos foram

tabulados, organizados, sistematizados para a análise de dados, para qual elegemos, enquanto suporte a Análise de Conteúdo, a qual compreende procedimentos para o processamento dos dados. Sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações. O método, não se trata de um instrumento único, “mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 1997, p. 31). Ele é uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação (Moraes, 1999).

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROCESSOS HISTÓRICOS E DESAFIOS

A história da Educação Ambiental está relacionada à necessidade de garantir a vida das espécies no planeta e de todos os seres vivos, ou seja, o cuidado com os recursos naturais e com o ambiente como um todo. É perceptível que grande parte dos movimentos sociopolíticos advém de momentos difíceis e, com a EA, não foi diferente. Ela passou a ser pensada a partir da identificação de problemas socioambientais envolvendo a população e os demais seres vivos na segunda metade do século XX (Rocha *et al.*, 2021).

No Brasil, um dos marcos para a EA foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) no ano de 1973, a qual estava vinculada à Presidência da República. O reconhecimento da EA foi expresso através da obrigatoriedade legal de sua elaboração e ação, não somente pelas instituições de ensino formal, mas juntamente por outros setores da sociedade (Rocha *et al.*, 2021).

A EA brasileira inicia um percurso singular, próxima de uma “outra esquerda” menos dogmática e incluiu nos seus discursos e propostas, a ecologias, o feminismo, a liberdade sexual, os direitos das minorias, a autonomia e a participação direta dos cidadãos. Essas ideias ganhavam o espaço público através de debates, livros, exposições, filmes, encontros e muitas atividades nas universidades, sindicatos, organizações estudantis e culturais, assim na vida de cada um (Reigota, 2009).

O Brasil foi palco, no ano de 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Durante doze dias do mês de junho, a cidade do Rio de Janeiro recebeu mais de cem chefes de Estado e de governo, além de centenas de organizações não governamentais (ONGs), que se reuniram para discutir, analisar e aprovar documentos referentes aos problemas ambientais (Penteado, 2010). Dentre estes documentos, destacam – se

a Declaração do Rio de Janeiro, contendo princípios fundamentais de ação dispostos em 27 tópicos, todos voltados e aprovados em Nova York pelos países participantes da Eco-92; cerca de dois meses antes da Conferência do Rio-92 (Penteado, 2010). Neste contexto, a autora cita que a agenda 21, um programa de ações preservadoras do meio ambiente, assim como a Declaração, a Agenda 21 também não possui efeitos legais.

A EA segue os princípios da cidadania democrática, estes relacionados à emancipação e à autonomia das pessoas e suas organizações. Podemos dizer que a EA se constitui como um processo permanente de sensibilização e de formação de uma cidadania crítica, visando a proposição e implementação de políticas públicas ambientalmente sustentáveis (Rocha *et al.*, 2021, p. 27). Nesta direção, a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, em Artigo 2º diz: “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”, ou seja, a EA é tomada como elemento fundamental para a proteção do meio ambiente e a ampliação do direito ao saneamento básico (Rocha *et al.*, 2021, p. 27).

Posteriormente, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988, estabeleceu, em seu artigo 225, que todas as pessoas têm direito a um meio ambiente equilibrado e à educação ambiental. E no de 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, ou seja, a EA passou a ser reconhecida como um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e não formal. Ao cabo desta década, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, igualmente estabeleceu a educação ambiental como necessária e integrada no conteúdo obrigatório dos currículos.

Na educação formal, o Órgão Gestor da PNEA, por intermédio do MEC, tem o desafio de apoiar professores a se tornarem educadores ambientais abertos para atuar em processos de construção de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional com base em valores voltados à sustentabilidade em suas múltiplas dimensões (Sorrentino *et al.*, 2005). Em termos estratégicos, de forma integrada ao Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), foi criada, como continuidade da Conferência, uma grande ação presencial de formação de professores para potencializar a EA a partir de uma ética ecológica que promovesse transformações dos indivíduos, grupos e sociedade (Sorrentino *et al.*, 2005).

Além destes documentos, a EA é reafirmada no âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997), nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (2005) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018). Verifica-se que similar aos PCN e as DCN, a

BNCC não estabelece a Educação Ambiental como componente curricular obrigatório. Observa-se que os três documentos propõem que se incorpore aos currículos e as propostas pedagógicas a abordagem de “temas contemporâneos” preferencialmente de forma “transversal e integradora” (Teixeira; Silva; Azevedo, 2022).

A EA, por não estar presa a uma grade curricular rígida, pode ampliar conhecimentos em várias dimensões, sempre com foco na sustentabilidade ambiental local e planetária, aprendendo com as culturas tradicionais, estudando a dimensão da ciência, abrindo janelas para a participação em políticas públicas de meio ambiente e para a produção de conhecimentos no âmbito da escola (Sorrentino *et al.*, 2005). Neste sentido, a EA como um processo educativo amplo e permanente e necessária à formação da cidadania, torna-se um fator essencial tanto para a qualidade da educação, como para o direcionamento da formação do docente, pois a abordagem disciplinar não abrange a complexidade do processo educativo Gouvêa (2006).

A PNEA afirma em seus princípios “o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na perspectiva da interdisciplinaridade” (Brasil, 1999). A legislação determina que a EA não seja trabalhada na forma de disciplina específica, mais que permeie o currículo das disciplinas (Sousa *et al.*, 2011). Dito de outro modo, a EA, “deve ser trabalhada na escola não por ser uma exigência do Ministério da educação, mas porque acreditamos ser a única forma pela qual podemos transformar a realidade de um indivíduo orientando suas atitudes, sua forma de pensar e agir em seu ambiente social” (Da Silva, 2017). Neste contexto e, essencial que a EA seja trabalhada envolvendo a participação coletiva da comunidade escolar, não por estar inserida como um componente obrigatório, mas trabalhar a EA de modo transdisciplinar, através de ações educativas junto à comunidade escolar e ao entorno dela.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS DOCENTES

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, se apresenta com muitas potencialidades, dentre elas construção da cultura da sustentabilidade socioambiental. Nela as crianças começam a despertar as curiosidades, os sentimentos, as emoções, os valores e as condutas com o ambiente. A EA, nessa etapa, é essencial para as crianças, pois é através dela que elas podem ter um olhar mais cuidadoso pelo ambiente e podem construir valores socioambientais e sustentáveis. A sua presença no ensino formal vem sendo eficaz para sensibilizar os estudantes sobre a importância de conservar e preservar os ambientes.

Tendo em vista estas questões mencionadas, o questionário se constituiu num diagnóstico para identificar os conhecimentos das professoras e as práticas por elas

desenvolvidas em EA. Para a análise das informações, primeiramente foram transcritos os questionários, as respostas foram tabuladas em um quadro. Para manter o anonimato das professoras, elas receberam nomes de flores. Conforme as informações que constam no Quadro (01) abaixo:

Quadro 01 – Perfil das professoras participantes da pesquisa que atuam na Educação Infantil.

PROFESSORAS	FORMAÇÃO	TEMPO DE DOCÊNCIA
Antúrio	Magistério, Pedagogia	21 anos
Alamanda	Magistério, Pedagogia	18 anos
Hibisco	Pedagogia	11 anos
Hortênsia	Pedagogia	1 ano
Girassol	Pedagogia	20 anos
Tulipa	Pedagogia	7 anos
Dália	Pedagogia	5 anos
Orquídea	Magistério, Biologia	15 anos
Violeta	Pedagogia	22 anos
Íris	Pedagogia	13 anos
Bromélia	Magistério, Matemática	27 anos
Amarílis	Magistério, Pedagogia	30 anos
Jade	Pedagogia	9 anos
Azálea	Pedagogia	16 anos
Magnólia	Pedagogia	20 anos
Rosa	Magistério, Pedagogia	12 anos
Margarida	Pedagogia, Ciências, Biológicas	12 anos

Fonte: Organizado pelos autores, 2024.

As participantes possuem, em sua maioria, formação em Pedagogia e Magistério. E atuam como professoras com tempos e experiências diferentes, o que fica expresso no quadro apresentado. Quando perguntado o que você entende sobre a PNEA, a maioria afirmou conhecer a Política, conforme expressou a professora Hortênsia, *“É uma política que preserva e proteger o meio ambiente proporcionando a todos uma sensibilidade nas questões ambientais do nosso planeta e do lugar que vivemos”*. Já a professora Hibisco afirmou, *“a Política Nacional é de fundamental importância para todos nós, pois temos o dever de cuidar do meio ambiente e ter a consciência ambiental em preservar o nosso planeta, obedecendo as leis e cultivando o ato de cuidar do planeta”*. E, conforme a professora Tulipa, *“a PNEA “visa*

sensibilizar a sociedade em geral sobre a questão ambiental, levando novos conhecimentos sobre o ambiente e sensibilizando as pessoas sobre os principais impactos ambientais que vem ocorrendo ao longo dos anos”.

A PNEA em seu artigo 11, determina que *“A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores em todos os níveis e em todas as disciplinas”*. E ainda no parágrafo único, diz que *“Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental”* (Oliveira, 2015).

As respostas das professoras colocam em evidência que a maioria delas conhecem a PNEA e reconhecem a importância da política. Contudo, há professoras que não a conhecem de modo mais aprofundado, conforme a resposta dada pela professora Antúrio, *“Já ouvi falar, mas não tive oportunidade de conhecer melhor”*. Tal situação coloca em evidência que é preciso colocar a Política na pauta e na agenda da escola e na gestão pública municipal, especialmente na pasta da Educação.

Quando perguntado como foi trabalhada a Educação Ambiental durante a formação acadêmica (formação inicial e/ou continuada), tivemos as seguintes respostas, *“ela foi trabalhada através da práxis, união dos conteúdos(teoria) a serem estudados com a prática de aulas passeio: litoral piauiense, usinas eólicas, parques ambientais, zoobotânico, e outros, a fim do acadêmico perceber e respeitar o meio ambiente na sua totalidade”* (professora Margarida). Já a professora Violeta, *“A princípio conversas, promovendo debates para uma mudança de atitudes e comportamentos, em relação ao meio ambiente”*. Para depois incentivar *práticas sustentáveis na comunidade escolar*.

Importa, destacar que algumas das participantes tiveram uma disciplina ao longo de sua formação relacionada a EA. A professora Hortência, afirmou, *“Tive uma disciplina no Curso de pedagogia que abordava algumas questões referente”*. Diferentemente, a professora Jade, afirmou que *“Não houve disciplina voltada a questão ambiental”*; já a professora Amarílis, disse que *“Durante minha formação acadêmica não tive a oportunidade de conhecer a EA*.

A professora Jade relatou que não houve nenhuma disciplina durante o curso voltada a questão ambiental. A EA, conforme a legislação, não deve ser trabalhada como uma disciplina própria, mas ser desenvolvida transversal e interdisciplinarmente no âmbito do currículo. A capacitação dos/as professores/as como motivadores/as do processo educacional de uma sociedade, deve basear-se em conceitos científicos, contextuais e metodológicos que estejam

voltados para a realidade socioambiental trabalhada (De Souza, 2022). Neste sentido a falta de capacitação dos docentes em relação a EA, vem gerando algumas dificuldades para se trabalhar a EA no espaço escolar.

Ao questionamos as professoras como está inserida a Educação Ambiental na escola e no PPP, a professora Margarida afirmou que ela está *“inserida dentro dos estudos dos campos de experiências partindo-se dos direitos da criança: conhecer-se, o brincar, o conviver, explorar, expressar-se, participar”*. E, a Professora Magnólia relatou que *“ela está inserida de forma interdisciplinar, dialogando com diversas áreas de conhecimentos”*). Já a professora Bromélia afirmou, *“não tenho conhecimento”*.

O currículo escolar do CMEI Vera de Pádua Macieira parte das propostas curriculares apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação-SEMECTI. Assim, o Projeto Político Pedagógico da escola abarca a EA. Suas propostas tomam como referência a BNCC, com recorte aos campos de experiências da Educação Infantil. Neste contexto, a EA é abordada de forma interdisciplinar, ou seja, interligada a todos os campos de experiência. Importa, destacar que para o seu desenvolvimento, faz-se necessário usar a imaginação e metodologias diferenciadas, tendo o/a professor/a papel fundamental na mediação do processo de ensino/aprendizagem (Verderio, 2021). Portanto, acreditamos que por meio da construção de conhecimentos socioambientais, nos marcos da cidadania, as instituições de EI e seus profissionais cumprirão seu papel diante da sociedade, criando propostas pedagógicas que compreendem o desenvolvimento social e sustentável, voltados para as temáticas ambientais (Saheb, 2016).

Quando questionadas como é apresentada a Educação Ambiental nos materiais didáticos da escola, a professora Violeta citou que ela é tratada *“de forma alusiva e ilustrativa, principalmente em datas que envolve o dia da água e meio ambiente, ensinando a importância da economia e coleta seletiva, em projetos”*. A professora Iris, respondeu que ela aparece *“através do reaproveitamento de materiais recicláveis, redução do desperdício de água na hora do banho e da escovação, cuidado com as plantas do jardim”*. Já a professora Hibisco destacou que ela se efetiva mediante a *“de leituras e apreciação de imagens e vídeos, fazendo uma sucinta apresentação sobre o assunto na qual o professor deve buscar outros meios para ampliar o seu trabalho na área ambiental”*.

Ressaltamos a importância da presença dos temas ambientais e de valores sustentáveis no âmbito do material didático, especialmente da Educação Infantil, tendo em vista a construção de valores, atitudes e práticas socioculturais ambientais, explorando os todos os sentidos das crianças.

Quando perguntado como a escola desenvolve as ações e as práticas de Educação Ambiental, a Professora Bromélia, respondeu que *“incentivando o consumo consciente na hora do recreio, promover contato com ambientes externos, promover atividades lúdicas para a conscientização, incluir atividades especiais no dia do meio ambiente”*. Nesta mesma direção a professora Margarida relatou que ela se dá, *“através de contação de histórias que retratem o meio ambiente e educação ambiental, roda de conversa com as crianças, na execução dos projetos educativos voltados para o contato direto da criança com o Meio Ambiente, local urbano e natural que a criança adquire a convivência”* E, a inda, conforme a professora Iris, *“na escola como um todo, ocorre através de projetos e também nas rodas de conversas, nas brincadeiras”*.

As demais professoras falaram que são desenvolvidas através de projetos. Cabe destacar a importância das práticas pedagógicas socioambientais em diferentes atividades, estas contextualizadas e adequadas à etapa de ensino. Na Educação Infantil podem ser observadas práticas que estão relacionadas com a natureza e o ambiente de alguma forma, seja por intermédio das músicas ou da literatura, em desenhos animados ou ao brincar no parque, a questão do cuidado entre outros aspectos interligados com a EA são práticas comuns na EI (Dos Santos; Cachichi, 2022).

Em relação à questão de como são desenvolvidas práticas de educação ambiental em sala de aula, professora Margarida respondeu que elas são, *“com canções e práticas de plantio de mudas, observação das árvores nas dependências e proximidade da escola além de leituras, contação de histórias infantis, reciclagem de materiais e atividades pedagógicas de escrita para reforçar o conhecimento”*. Já professora Tulipa, respondeu, *“trabalho com os livros didáticos e paradidáticos, vídeos, histórias, atividades relacionadas ao meio ambiente, cartazes”*. *“Recentemente trabalhamos o projeto minha cidade tem história, com o tema palmeiras babaquais, sua importância, seus benefícios e levamos a questão da preservação das palmeiras, trabalhamos sobre a preservação dos rios, descartes dos resíduos sólidos, sensibilizando as crianças desde cedo sobre a questão ambiental, pois não haverá vida se não cuidamos do meio ambiente”*.

Para a professora Alamanda, elas se efetivam *“por meio de atividades lúdicas, filmes, exploração de ambiente externo promoção de atividades e brincadeiras educativas, plantar e cuidar das plantas”*. E, conforme a Professora Azaléa, se dá *“através de palestra, passeio extraclasse, vídeos e vivência do dia a dia”*. Registramos a importância dos recursos lúdicos, pois eles se constituem em excelentes ferramentas para trabalhar com as questões sociais e

ambientais na EI, pois brincando a criança sente mais estimulada, visto que nessa fase ela dá mais importância para a brincadeira do que para atividades formais (Verderio, 2021).

A professora Girassol, assim respondeu, *“trabalho de maneira interdisciplinar, em cima do tema gerador, faço abordagem das questões ambientais como forma de conscientização”*. *Sempre trazendo exemplos concretos da realidade dos estudantes, vividas no dia - a - dia, fora e dentro da escola, voltados para a conservação do meio ambiente”*. As propostas pedagógicas da Educação Infantil devem ter como foco o desenvolvimento de metodologias que incentivem a construção de valores socioambientais voltados à realidade das crianças e de sua comunidade, a partir de saberes locais e tradicionais aliados aos científicos (Saheb, 2016).

Quanto aos desafios que elas enfrentam em trabalhar a EA na Educação Infantil, elas relataram que, *“o desafio maior é mostrar a importância de como devemos cuidar do meio ambiente, incentivando as crianças a repassar essa mensagem para seus familiares que muitas das vezes não conhecem a importância de cuidar do planeta e temos que plantar essa sementinha desde pequena nas crianças, para que todos possam se sensibilizar e olhar de forma agradável para o meio ao qual vivemos”* (Professora Hibisco).

Para sensibilizar as crianças (e suas famílias), para as questões ambientais, se faz necessário ir além dos conceitos existentes de sustentabilidade; é necessário estimular ações que favoreçam a reflexão crítica acerca das atitudes praticadas, bem como propor novas condutas que favoreçam o ambiente. Ao sensibilizar cada educando na escola por meio de uma Educação Ambiental consciente e, conseqüentemente, com a família e a comunidade, a escola estenderá o seu alcance a um maior número possível de pessoas (Da Conceição Ferreira *et al.*, 2019).

Além da importância de cuidar das atitudes para com o ambiente, registramos a resposta dada pela professora Alamanda, para ela é preciso, *“conscientizar e sensibilizar as crianças e a família em relação aos problemas ambientais, despertando nelas uma relação de cuidado e proteção a natureza”* (Professora Alamanda – grifos nossos).

Outro desafio que se apresenta para as professoras, passa pela *“falta de materiais, em algumas escolas, a estrutura física contribui para essas dificuldades, pois a falta de espaço, onde possamos plantar árvores, acompanhar seu desenvolvimento entre outras coisas”* (Professora Bromélia – grifos nossos). E, ainda, *“a falta de conhecimentos dos próprios educadores acerca da temática ambiental”* (Professora Orquídea – grifos nossos) e, *“Acredito que seja envolver a escola toda nessa questão da Educação Ambiental porque fica só ali na sala de aula”*. (Professora Hortênsia – grifos nossos).

Entre outros desafios, se destacaram, a falta de conscientização e de sensibilização, a falta de materiais que trabalhem temas ambientais, além da falta de conhecimentos por parte das professoras e a falta de envolvimento e comprometimento por parte da escola com a EA. A Educação Ambiental na Educação Infantil precisa, em meio aos seus fazeres pedagógicos, envolver os sentimentos e as emoções das crianças quanto ao ambiente que elas vivenciam. E, ainda, ela precisa ser crítica, reflexiva, contextualizada e, não menos importante, envolver toda a comunidade escolar e entorno. Importa, trazer problemas socioambientais do cotidiano da comunidade para serem debatidos na escola, desenvolvendo e respeitando as crianças como indivíduos atuantes e sujeitos de direitos, para que possamos formar estudantes participativos, conscientes, sensíveis e com conhecimentos para a construção de uma sociedade ambiental e socialmente sustentáveis (Dos Santos; Cachichi, 2022).

Desta forma, a escola se torna corresponsável pela promoção dessas mudanças, juntamente como o poder público por meio da legislação ambiental e educacional. Contudo, muitos desafios e demandas nestes campos precisam ser superados, como, por exemplo, a formação continuada dos/as professores/as; e, ainda, (re)definir o papel da escola na sociedade atual e melhorar abordagem das questões ambientais no contexto escolar (Branco; Royer, 2018).

Após o questionário, foi realizada a oficina sobre os Erres da Sustentabilidade, ela contou com a participação de 20 participantes, sendo professoras, supervisoras e a gestora do CMEI. Na oficina foi apresentada a *Política dos 7 R's da Sustentabilidade*: Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar, Recusar, Reeducar e Recuperar. Na sequência, foi realizada uma atividade prática sobre o reaproveitamento de Garrafas PETS para confecção de artesanatos e materiais didáticos, com a participação da artesã Maria Helena. Maria Helena, aicineira, trabalha há mais de 5 anos com reutilização de garrafas Pets, litros de água sanitária, papel, tecidos e outros materiais, para a confecção de flores, de jarros e outros artesanatos. Ela falou da importância da reutilização em sua vida, que para ela é uma terapia e, compartilhou que já realizou algumas oficinas em escolas e nas comunidades sobre a importância da reutilização.

Durante a oficina, Maria Helena, relatou que esse trabalho é muito importante em sua vida, além de contribuir com o meio ambiente. Cabe destacar, que os erres também conhecida como os R's da sustentabilidade, evoluiu, desde sua origem na Eco – 92. Eles foram estabelecidos com base nos conhecimentos acerca da problemática ambiental da época, focando em três ações práticas, *Reduzir, reutilizar e Reciclar*. Neste contexto os R's são, também, propostas para fazer a ligação entre proteção ambiental e a eficácia socioeconômica que se

encontrava ligada aos hábitos de consumo. Atualmente, os R's da sustentabilidade contemplam outros erros, refletir, repensar, reflorestar, entre tanto outros (Gonçalves; Junior, 2023).

A oficina, a partir do reaproveitamento, mostrou alternativas que podem amenizar a problemática do descarte de resíduos sólidos. Ela favoreceu uma reflexão sobre a diminuição da aquisição de resíduos, dando ênfase no reaproveitamento e na reutilização de resíduos como uma das alternativas viáveis para amenizar os problemas ambientais. Importa que a EA trabalhe sobre o descarte incorreto de resíduos sólidos na natureza, pois ela favorece a possibilidade da reflexão crítica sobre ele (Ferreira, 2023). Neste contexto é importante que seja trabalhada a questão da separação de resíduos sólidos no espaço escolar, pois a escola também produz e descarta resíduos. Importa sensibilizar a comunidade escolar sobre importância da reutilização, reaproveitamento e o destino correto dos resíduos.

Seguindo a proposta de formação, foi realizada uma Palestra em Educação Ambiental, voltada na Educação Formal. A palestra foi realizada pelo professor Dr. Alex de Sousa Lima, docente do Centro de Ciências de Codó, da Universidade Federal do Maranhão. Nela houve participação e interação das professoras da escola. A formação apresentou a Política Nacional de Educação Ambiental, com foco na educação formal e as problemáticas socioambientais que se apresentam contextualmente no município, ou seja, o acúmulo de resíduos sólidos, a falta de saneamento básico, as queimadas e, pontuou as possibilidades de desenvolver práticas educativas ambientalmente sustentáveis no espaço escolar.

Na palestra as professoras relataram suas dificuldades em trabalhar a EA. Os desafios que elas veem enfrentando ao longo dos anos, uma das professoras relatou que já vem tentando trabalhar a EA, mas enfrenta dificuldades em realizá-la em decorrência da falta de recursos e por falta de receptividade da comunidade escolar em relação aos temas ambientais.

Importa aqui registrar que ao longo da pesquisa foi observado que a falta de conhecimentos em relação à temática ambiental, a falta de formação continuada, a falta de recursos, entre outras questões, acaba dificultando o desenvolvimento das práticas pedagógicas em educação ambiental. Portanto, se faz preciso implantar ações e programas de Educação Ambiental no espaço escolar, planejar e desenvolver estratégias para ampliar a execução da política de educação ambiental em nível local, envolvendo toda a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos permitiu conhecer as percepções de professoras sobre a educação ambiental como política e como prática pedagógica. Nela, foi possível identificar as práticas pedagógicas de educação ambiental que são desenvolvidas na Educação Infantil. Foi possível conhecer a presença das questões ambientais nas práticas pedagógicas por elas desenvolvidas. E, ainda, conhecer os desafios em efetivar a sua execução de modo mais amplo, considerando a falta de formação, seja inicial e/ou continuada, seja na ausência de material didático adequado, seja na falta de acolhimento por parte da comunidade escolar, seja na ausência de projetos de educação para a sustentabilidade.

Mas, foi verificado, também, que as professoras vêm inserindo a EA em suas práticas escolares, especialmente através de projetos, livros didáticos, literatura, brincadeiras, vídeos educativos que retratem a importância do cuidar e do preservar o ambiente. Contudo, algumas professoras ainda desconhecem a política de educação ambiental.

Foi possível verificar a necessidade de se trabalhar a EA em todo o espaço escolar, de modo interdisciplinar e ao longo do ano, visto que durante a pesquisa, foi mencionado que a EA, se efetiva de modo mais afirmativo, em datas comemorativas, como o dia do meio ambiente e dia da água. Neste sentido, as práticas, as ações e projetos em EA que envolvam toda a comunidade escolar devem ser ampliadas, porque muitas vezes ficam restritas à sala de aula.

A pesquisa nos permitiu verificar que as professoras trabalham na Educação Infantil a Educação Ambiental. Apesar das dificuldades apontadas em todos os momentos da pesquisa. Quanto à ausência da formação em EA, é possível compreender a falta de conhecimentos sobre a política de Educação Ambiental e, também a falta de investimento nela. Percebemos, também, que algumas professoras tiveram acesso e conhecimento à política de EA durante sua formação, atendendo aos dispositivos legais de nosso país.

A pesquisa desenvolvida apontou para diversas dimensões, a saber, a presença dos temas ambientais na escola; as práticas pedagógicas de sensibilização; reflexões sobre os problemas socioambientais do município de Codó. E, provocou novas indagações, ou seja, a prática pedagógica das professoras na Educação Infantil tem contribuído para a Educação Ambiental no município de Codó? Os materiais didáticos têm trabalhado a Educação ambiental na etapa da Educação infantil de modo satisfatório? As contações de Histórias na Educação infantil têm trazido a Educação Ambiental e a sustentabilidade como temáticas centrais? Quais são políticas de formação continuada desenvolvidas com os/as professores/as da rede pública municipal de Codó? Estas questões, entre outras, demandam novas pesquisas.

Por fim, cabe destacar que o trabalho não se esgotou com a pesquisa, pois há inúmeras possibilidades de que, além da contribuição dada aqui enquanto profissionais da educação, o estudo consiga provocar e sensibilizar o desenvolvimento de outros estudos relacionados ao tema da Educação Ambiental na educação codoense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições. 70, p. 225, 1977.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; DE GODOI BRANCO, Alessandra Batista. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 29, n. 1, 2018.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF, 1999. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1971. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009. Acesso em: 05/05/2024.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Brasília, 1981. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em: 10/04/2024.

DA SILVA, Carlos Kleber F. **Um breve histórico da educação ambiental e sua importância na escola**. 2017.

DE SOUZA, Marcio Henrique Francisco. Análise sobre a importância de trabalhar a Educação Ambiental nas escolas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 3, p. 169-184, 2022.

DA CONCEIÇÃO FERREIRA, Leidryana et al. Educação ambiental e sustentabilidade na prática escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 14, n. 2, p. 201-214, 2019.

DOS SANTOS, Paulo Roberto; CACHICHI, Ricardo Cenamo. Educação ambiental na educação infantil: Particularidades e práticas. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia (RECeT)**, v. 3, n. 2, p. 32-50, 2022.

FÉLIX, Wagno Sérgio Pinheiro. **Diagnóstico sócio-produtivo-econômico da comunidade de catadores de resíduos sólidos do município de Codó-MA: um estudo de caso**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FERREIRA, Zenilda Neris et al. Educação ambiental: reutilização de garrafas pets para confecção de brinquedos. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 7, p. 7614-7635, 2023.

GONÇALVES, Sandra Cunha; DA SILVA JUNIOR, Milton Ferreira. Importância da educação para a sustentabilidade na formação do técnico em edificações:: reflexões a partir das práticas pedagógicas adotadas no IFBA. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 18, n. 1, 2023.

GOUVÊA, Giana Raquel Rosa. Rumos da formação de professores para a Educação Ambiental. **Educar em revista**, p. 163-179, 2006. Acesso em: 01/11/2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2022. Disponível em: < WWW.https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/panorama. Acesso em 19/05/2024. MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. 2002. Disponível em: https://jbb.ibict.br/bitstream/1/494/1/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2007. Acesso em: 12/11/2023.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Acesso em: 04/04/2024

OLIVEIRA, Maria Aparecida Nunes de. (Re) pensando a formação de professores em Educação Ambiental. **Revista Monografias Ambientais**, p. 08-16, 2015.

PENTEADO, Heloísa Dupas **Meio ambiente e formação de professores**. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 128 p.

QUERIOZ, Taisa Layane Salazar et al. Uma proposta interdisciplinar de educação ambiental a partir do tema água. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 15-22, 2016.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental brasileira: a contribuição da nova geração de pesquisadores e pesquisadoras. **Revista Interações**, v. 5, n. 11, 2009.

ROCHA, Eulina Christyane Araújo et al. **Educação ambiental nas escolas brasileiras: uma análise cienciométrica a partir da lei nº 9.795/1999**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Oeste do Pará.

SAHEB, Daniele. A educação ambiental na educação infantil: limites e possibilidades La educación ambiental en la educación infantil: limites y posibilidades. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 133-158, 2016.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 02, p. 287-299, 2005. Acesso em: 20/03/2024

SOUSA, Gláucia Lourenço de. et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, 2011.

TEIXEIRA, L. C. T., da Silva, M. M. T., & de Azevedo, A. D. A. M. (2022). A Educação Ambiental e os documentos oficiais da educação básica: uma abordagem interdisciplinar à luz da BNCC. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, 17(4), 425-445.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Pesquisa-ação em Educação Ambiental. **In Rev. Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 1, pp. 155-169, 2008.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Temas ambientais como "temas geradores": Educar **em revista**, n. 27, p. 93-110, 2006. Acesso em: 09/03/2024.

VERDERIO, Leonardo Álisson Pompermayer. O desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Infantil: importância e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 1, p. 130-147, 2021.

APÊNDICE I

Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidado(a) a participar do estudo acadêmico intitulado: **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA**, que tem como objetivo principal, analisar as percepções de professoras da Educação Infantil sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Infantil.

O estudo será realizado pela estudante Luziane Moraes Vieira, do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade - CEEAS, do Centro de Ciências de Codó – CCCO, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, sob a orientação pelo professor Dr. Dilmar Kistemacher, da mesma instituição.

As interações precisam ser registradas e arquivadas. Assim, pedimos a gentileza em responder ao questionário e encaminhar para a pesquisadora. O registro dos dados da pesquisa são importantes para que eles possam ser posteriormente transcritos e analisados com maior exatidão.

A participação no estudo não acarreta ao entrevistado(a) nenhum tipo de risco. O anonimato de todas as pessoas que participarão da pesquisa será devidamente preservado, bem como os nomes que forem mencionados durante as entrevistas, de modo que os participantes não sejam identificados. A participação nesta pesquisa é voluntária, tendo o/a participante o direito pleno de se recusar a participar ou de se retirar da pesquisa a qualquer momento do processo, sem que acarrete alguma forma de penalidade. E, ainda, o participante poderá optar por excluir total ou parcialmente alguma gravação, se assim o desejar.

Em caso de dúvidas relacionadas ao presente estudo e ao andamento da pesquisa, a/o participante poderá entrar em contato com o aluno pelo telefone: (99)988171532, ou através do e-mail: luziane.moraes@discente.ufma.br

Você recebeu uma via deste documento e que ficará em seu poder. Desde já registramos o nosso agradecimento por sua colaboração na realização deste projeto de pesquisa, ressaltamos que os resultados do estudo nos ajudarão a compreender melhor a pesquisa.

Atenciosamente, Luziane Moraes Vieira.

Universidade Federal Do Maranhão-UFMA/Campus VII Codó.

CONCORDÂNCIA EM PARTICIPAR DA PESQUISA

Eu, _____, concordo em participar do estudo descrito acima.

Assinatura do participante: _____.

Assinatura do aluno - pesquisador: _____.

Data: ____/____/____.

APÊNDICE II

Questionário para docentes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ - CCCO
Coordenação do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais/Biologia
Curso de Pós-Graduação - Lato Sensu): ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
Discente pesquisadora: Luziane Moraes Vieira
Orientador: prof. dr. Dilmar Kistemacher
Título da pesquisa: EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA.

QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES

Dados

Nome: _____
Autodeclaração de Cor: _____ Sexo: _____
Formação Inicial: _____
Formação continuada (cursos e pós-graduação) _____
Tempo de Docência: _____

Questões:

1. Comente o que você sabe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental?

2. Como foi trabalhada a Educação Ambiental durante a sua formação acadêmica (formação inicial e/ou continuada)?

3. Na sua escola e no PPP como está inserida a Educação Ambiental?

4. Como é apresentada a Educação Ambiental nos materiais didáticos da escola?

5. Como a escola desenvolve as ações e as práticas de Educação Ambiental?

6. Como você trabalha as temáticas ambientais em sala de aula?

7. Quais são os desafios em trabalhar a Educação Ambiental na Educação Infantil?

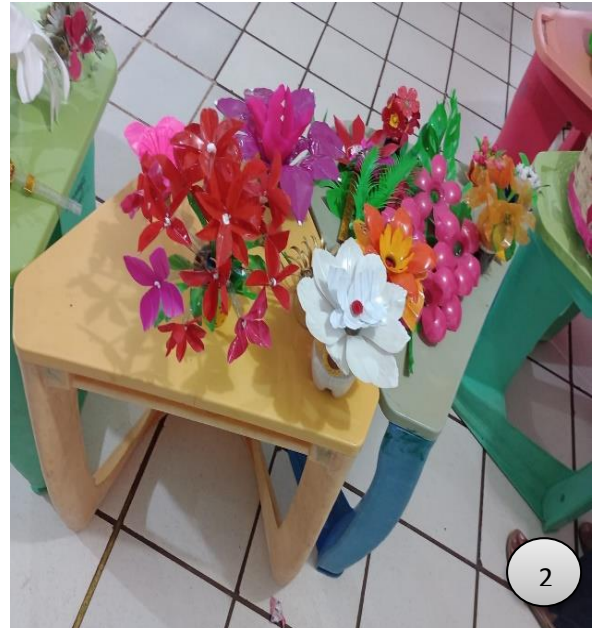
ANEXOS

Oficina de reutilização de matérias

Figuras 1, 2, 3 e 4: Oficina com a artesã Maria Helena, participação das professoras, supervisoras e gestora do CMEI



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2024

Palestra: Educação Ambiental, voltada na Educação Formal

Figuras 5, 6 e 7: Palestra apresentada pelo professor Dr. Alex de Sousa Lima.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2024.